

48% de impostos. É pouco?

Severino Cavalcante de Souza *

Há cerca de um ano o governo pediu à sociedade que lhe desse apoio com a finalidade de combater o ataque especulativo que ameaçava destruir a economia brasileira e o plano de estabilização da moeda. Como sempre, esse pedido de socorro vinha acompanhado de promessas que incluíam o corte de gastos públicos, e de mais sacrifícios para a população, com o aumento da alíquota do Imposto de Renda na fonte para 27,5%. Seria uma alternativa "provisória", como a CPMF, que o governo insiste agora em prolongar ou tornar permanente, com alíquota maior.

Hoje a crise se ampliou - não por culpa dessa população que paga altos impostos, ou do servidor público, sacrificado constantemente - e novamente o governo pede à sociedade que "compreenda" o ajuste e absorva novas perdas, além de todas as que vêm se acumulando ao longo dos últimos anos. E o pior: pelo que se viu até agora, não se pode vislumbrar resultado efetivo a partir das medidas já anunciadas.

Está claro para a sociedade - e o governo nem sequer procurou esconder, pois não conseguiria - que o maior prejuízo do com o novo ajuste é o servi-

dor público que ganha acima de R\$ 1.200 - um salário que mal dá para as necessidades básicas, mas que num país estranho como o Brasil ganha contornos de "privilégio". É esse servidor supostamente "bem de vida" quem vai ser triplamente sacrificado: além de continuar amargando mais de quatro anos sem reajuste salarial, terá um adicional em sua contribuição previdenciária que resultará num desconto mensal em torno de 20%, e pagará mais CPMF, caso seja efetivado o aumento da alíquota para 0,38% sobre cada transação financeira.

No caso de quem está na faixa de desconto de 27,5% de IR, a soma de descontos resulta em nada menos do que metade do salário, bastando para isso um cálculo aritmético simples que consiste em somar os 27,5% de IR aos 20% da previdência e aos 0,38% da CPMF. Teremos um desconto da ordem de 47,88% sobre os salários. É pouco?

Qualquer cidadão de bem senso admitiria sacrificar-se para pagar impostos mais altos caso esse dispêndio - a exemplo do que ocorre em países do Primeiro Mundo - viesse acompanhado da respectiva contrapartida por parte do poder público, em termos de assistência à saúde da população, colégios decentes que não nos obriguem

a recorrer à rede privada de ensino, e outros itens como segurança em níveis pelo menos aceitáveis de eficiência. Como se não bastasse a insuficiência dessa contrapartida, é cobrado da população um sacrifício extra sem que os principais problemas do País sejam atacados.

Basta de novo um cálculo aritmético para constatar que o governo obteria muito mais recursos com outras providências, estas sim, indispensáveis. Não se ataca o problema da renúncia fiscal, que em 1997 acarretou prejuízos da ordem de R\$ 8 bilhões só na previdência social - incluídas aí as entidades filantrópicas, os clubes de futebol e inovações como o Simples, que subtrai recursos do sistema previdenciário, apontado como o principal responsável pelo déficit público. Não se vê no pacote, ainda, nenhuma referência sequer ao combate à sonegação fiscal, com providências moralizadoras de alta eficácia, tais como a flexibilização da quebra do sigilo bancário e fiscal no caso de indícios de sonegação. Um programa efetivo de combate à sonegação e às fraudes resultaria em incremento da arrecadação, pois as estimativas são de que as perdas só em 1997 teriam chegado a R\$ 30 bilhões. Não há também nenhuma providência no sentido de trazer para

a formalidade os quase 50% dos trabalhadores sem carteira assinada, que representam gigantesca perda de arrecadação. Ao contrário disso, as medidas do ajuste acabam resultando em fuga para o mercado informal.

Se obtivéssemos um resultado de apenas 10% de eficácia com base nessas medidas, já somaríamos recursos superiores aos R\$ 2,5 bilhões que o governo espera arrecadar com o sacrifício do servidor público. E não é só isso. Temos que lembrar ainda da sangria representada pelos juros altíssimos que corroem o sistema produtivo, inviabilizam planos a médio e longo prazos, próprios de uma economia sadia, e na prática transformam em ficção o saneamento das contas públicas.

Da maneira como as coisas caminham, com o governo a cada momento de crise valendo-se da atitude simplista de taxar cada vez mais o servidor público, chegará o momento em que os descontos serão maiores do que o líquido a receber, o que não está longe de acontecer, pois hoje, aprovadas as medidas, podem chegar a 48%. Será preferível então trocar o salário pelos descontos que incidirão sobre ele.

* Presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (ANFIP), com sede em Brasília